

ENTRE CATEGORIAS E EXPERIÊNCIAS: REPERTÓRIOS DE NOMEAÇÃO SEXUAL E ASSIMETRIAS DE GÊNERO ENTRE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

JÚLIO ASSIS SIMÕES

ORCID: [https://orcid.org/ 0000-0002-9000-3621](https://orcid.org/0000-0002-9000-3621)

<juliosimoes@usp.br>

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

RESUMO: Este artigo analisa as formas pelas quais estudantes do ensino médio nomeiam atração e identidade sexual em um contexto de circulação ampliada de vocabulários sobre diversidade sexual e de gênero. A pesquisa baseia-se em questionário aplicado, em 2022, a 1.242 estudantes dos terceiros anos de oito escolas públicas situadas em regiões de alta vulnerabilidade social de São Paulo, Santos e Sorocaba no âmbito do Projeto Temático FAPESP Vulnerabilidades de jovens às IST/HIV e à violência entre parceiros: avaliação de intervenções psicossociais baseadas nos direitos humanos (processo 2017/25950-2). Os cruzamentos disponíveis mostram que respostas que indicam atração por mais de um gênero, bem como identificações bissexuais, pansexuais ou incertas quanto à própria identidade sexual, aparecem, no universo pesquisado, com frequência bem maior entre pessoas designadas do sexo feminino ao nascer do que entre as designadas do sexo masculino. Argumenta-se que essa assimetria não autoriza atribuir uma fluidez homogênea à juventude nem tratar identidades como espelhos transparentes de desejos individuais. Ela indica, antes, uma disponibilidade desigual de repertórios para interpretar e comunicar experiências de sexualidade. Categorias como “bissexual”, “pansexual” e “não tenho certeza” são compreendidas como recursos situados de nomeação, articulados a relações de gênero, circuitos de reconhecimento e condições históricas de circulação dessas linguagens.

Palavras-chave: juventude, ensino médio, gênero, atração e identidade sexual, repertórios de nomeação

BETWEEN CATEGORIES AND EXPERIENCES: REPERTOIRES OF SEXUAL NAMING AND GENDER ASYMMETRIES AMONG SECONDARY SCHOOL STUDENTS

ABSTRACT: This article examines how secondary school students name attraction and sexual identity in the context of expanded circulation of vocabularies concerning sexual and gender diversity. The research is based on a questionnaire administered in 2022 to 1,242 final-year students in eight public high schools located in areas of high social vulnerability in São Paulo, Santos, and Sorocaba within the FAPESP Thematic Project *Young People's Vulnerabilities to STIs/HIV and Intimate Partner Violence: Evaluation of Human Rights-Based Psychosocial Interventions* (grant no. 2017/25950-2). The available cross-tabulations show that responses indicating attraction to more than one gender, as well as bisexual, pansexual, or uncertain sexual identifications, appear, in the population surveyed, considerably more often among people assigned female at birth than among those assigned male at birth. It is argued that this asymmetry does not warrant attributing homogeneous fluidity to youth, nor treating identities as transparent reflections of individual desires. Rather, it points to an unequal availability of repertoires for interpreting and communicating experiences of sexuality. Categories such

as “bissexual”, “pansexual” and “not sure” are understood as situated resources for naming, articulated with gender relations, circuits of recognition, and the historical conditions under which these languages circulate.

Keywords: youth, secondary education, gender, attraction and sexual identity, naming repertoires

INTRODUÇÃO: VOCABULÁRIOS PÚBLICOS E PROBLEMAS DE NOMEAÇÃO

Nas últimas décadas, as formas de nomear sexualidade e gênero ganharam presença inédita no debate público brasileiro. A expansão de direitos, a visibilidade de movimentos LGBTI+, a circulação de conteúdos por plataformas digitais e a diversificação de redes de sociabilidade tornaram mais acessíveis termos, narrativas e referências que antes circulavam em circuitos mais restritos. Esse processo, contudo, não ocorreu em um cenário de liberalização linear. Ele coexistiu com ofensivas conservadoras contra a educação sexual e contra o que se convencionou chamar de “ideologia de gênero”, bem como com persistentes experiências de discriminação, violência e sofrimento associadas a sexualidade e expressão de gênero.

Entre adolescentes e jovens, essas transformações aparecem tanto na ampliação de categorias de autodescrição sexual quanto em novos modos de formular dúvidas, afinidades e experiências de atração. Categorias como “bissexual”, “pansexual”, “não binário” ou “não tenho certeza” não são apenas sinais de uma multiplicação de identidades. Também oferecem recursos para interpretar sentimentos e experiências que poderiam, em outros momentos, permanecer sem nome, ser tratadas como passageiras ou ser enquadradas exclusivamente pela oposição entre heterossexualidade e homossexualidade.

Este artigo examina essas distribuições a partir de dados produzidos por meio de um questionário on-line aplicado a estudantes do terceiro ano do ensino médio de oito escolas públicas estaduais situadas nos municípios de São Paulo, Santos e Sorocaba. A coleta integrou o braço escolar do Projeto Temático FAPESP Vulnerabilidades de jovens às IST/HIV e à violência entre parceiros: avaliação de intervenções psicossociais baseadas nos direitos humanos (processo 2017/25950-2), sediado no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e realizado em colaboração com a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Saúde Pública da USP, a Unifesp-Baixada Santista e a UFSCar-Sorocaba (PAIVA et al., 2024).

O Projeto Temático articulou métodos quantitativos e qualitativos, atividades de pesquisa e formação de jovens e professores, oficinas de prevenção integral e interlocução com serviços de saúde dos territórios escolares. Sua orientação teórico-metodológica combinou a abordagem psicossocial da vulnerabilidade com a perspectiva dos direitos humanos, tomando participação, não discriminação e aceitabilidade das ações como princípios de pesquisa e intervenção (PAIVA et al., 2024, 2025). O presente artigo, entretanto, não avalia os efeitos dessas ações: concentra-se, antes, nas respostas ao questionário de 2022 relativas às formas de nomeação de atração sexual e identidade sexual, partindo de uma assimetria expressiva. Conforme detalharemos a seguir, os cruzamentos disponíveis mostram que respostas que indicam atração por mais de um gênero, bem como identificações bissexuais, pansexuais ou incertas quanto à própria identidade sexual, aparecem com frequência bem maior entre pessoas designadas do sexo feminino ao nascer do que entre as designadas do sexo masculino.

Esses indicadores não respondem por si mesmos ao que as/os jovens sentem, fazem ou desejam, nem autorizam concluir que pessoas designadas do sexo feminino ao nascer sejam, por natureza, mais “fluidas”, ou que quem se declara heterossexual vivencie necessariamente desejos ocultos. O que tornam visível é uma distribuição desigual das possibilidades de declarar certas atrações e de acionar determinadas categorias, um índice de disponibilidade de repertórios classificatórios, não de fluidez uniforme de uma geração. A questão que nos orienta é, portanto: o que a distribuição de respostas sobre atração e identidade sexual revela sobre os repertórios contemporâneos de nomeação entre jovens e sobre as persistentes assimetrias de gênero que organizam sua disponibilidade?

Mais do que contabilizar identidades sexuais, interessa compreender que repertórios de nomeação estavam disponíveis aos estudantes no momento da pesquisa e que experiências, dúvidas e posições tais repertórios permitiam tornar reconhecíveis. As categorias acionadas no questionário não são tomadas como espelhos de identidades interiores já constituídas, mas como recursos socialmente circulantes de autodescrição, reconhecimento e comunicação.

O argumento desenvolvido é que essa distribuição sugere uma disponibilidade desigual de recursos classificatórios com que experiências de desejo, afinidade e incerteza podem ser percebidas e comunicadas. Essa disponibilidade aparece com especial força entre pessoas designadas do sexo feminino ao nascer, ao mesmo tempo que a heterossexualidade conserva um lugar mais obrigatório na formulação pública da masculinidade.

A escola não é um espaço neutro diante desses processos. Pesquisas brasileiras têm mostrado que ela pode constituir simultaneamente lugar de sociabilidade, encontros, informação, proteção e circulação de referências sobre sexualidade e gênero, mas também de vigilância, silenciamento e reprodução de normas (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004; JUNQUEIRA, 2013; SEFFNER, 2011). Estudos com estudantes do ensino médio indicam, ademais, que categorias mobilizadas pelos próprios jovens podem tornar reconhecíveis experiências antes dispersas ou naturalizadas, como ocorre com os usos de “assédio” para nomear violências e desigualdades de gênero, ao mesmo tempo que expõem os limites das respostas institucionais (SILVA et al., 2023). Neste artigo, contudo, a escola não é tomada como objeto etnográfico principal, mas como contexto institucional e territorial em que os estudantes foram alcançados e no qual as possibilidades de nomear-se, declarar-se ou manter reserva assumem significados desiguais (PEREIRA; SIMÕES, 2024).

O texto se organiza em cinco movimentos. A primeira seção apresenta o levantamento e delimita seu alcance. A segunda descreve os resultados relativos à atração e à identidade sexual. A terceira distingue atração, prática e identidade, propondo tratar categorias sexuais como recursos sociais de nomeação. A quarta discute a assimetria observada entre os grupos definidos pelo sexo designado ao nascer. A última propõe uma leitura cautelosa das condições contemporâneas de circulação desses repertórios, tratando a dimensão geracional como hipótese de pesquisa. O objetivo é compreender a distribuição de linguagens disponíveis a estudantes de escolas públicas situadas em contextos específicos de desigualdade social.

1. DADOS, PERGUNTAS E ESTRATÉGIA DE ANÁLISE

O questionário foi aplicado entre junho e setembro de 2022 a 1.242 estudantes dos terceiros anos do ensino médio de oito escolas públicas da rede estadual, localizadas nas cidades de São Paulo, Santos e Sorocaba. Composto por 105 questões, com blocos condicionais conforme as respostas,

investigava as condições de vida, saúde e vulnerabilidades das/os estudantes. Reunia informações sociodemográficas e familiares (idade, raça, religião, moradia e escolaridade), trabalho e efeitos da pandemia de Covid-19, perspectivas de futuro, acesso a serviços de saúde e à internet, experiências nas redes sociais, sexualidade e práticas de prevenção, violência e coerção sexual, preconceito, bullying e assédio escolar, além de indicadores de sofrimento psíquico, autolesão, ideação suicida e temas que os/as estudantes gostariam de discutir na escola. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (CEP-IPUSP), sob CAAE nº 00530918.9.0000.5561 e Parecer nº 5.334.405, de 6 de abril de 2022. Para participantes de 16 e 17 anos, a emenda aprovada previu participação mediante Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, com dispensa do consentimento dos responsáveis. A participação foi voluntária, anônima e passível de interrupção a qualquer momento.

O questionário foi aplicado a um total de 1.242 estudantes. Destes, 1.222 questionários foram validados para processamento; 20 casos foram excluídos por inconsistências técnicas identificadas na aplicação.¹ A faixa etária predominante dos respondentes situava-se entre 16 e 19 anos. As escolas alcançadas incluíam unidades de ensino técnico e de ensino regular. Por isso, os resultados não devem ser lidos como representativos do conjunto dos estudantes paulistas, mas como uma fotografia situada de jovens matriculados em escolas públicas vinculadas ao campo da pesquisa (PAIVA et al., 2024). Os percentuais apresentados ao longo deste artigo são tratados, nesse sentido, como descrição desse universo situado, e não como estimativas a serem generalizadas ou testadas estatisticamente. O interesse analítico recai sobre o que essas distribuições revelam substantivamente acerca de repertórios de nomeação, não sobre a magnitude estatística da diferença entre grupos.

No bloco voltado a sexualidade e práticas de prevenção, o questionário distinguiu quatro dimensões que, embora relacionadas, não são equivalentes: sexo designado ao nascer, identidade de gênero, atração e identidade sexual. O Quadro 1 reproduz as perguntas e alternativas mobilizadas nas quatro questões nas quais concentraremos nossa atenção. A questão 50 refere-se ao sexo designado ao nascer; a 51, à identidade de gênero; a 52, à atração sexual; e a 53, à categoria de identidade sexual considerada mais adequada pela pessoa respondente.

Quadro 1 — Perguntas de classificação mobilizadas no questionário

Dimensão e pergunta	Alternativas de resposta
Questão 50 Sexo designado ao nascer Como você foi designada(o) ao nascimento, nos seus registros civis?	Sexo feminino Sexo masculino Intersexo Prefiro não responder

¹ Os 20 casos excluídos das tabulações cruzadas correspondem a registros invalidados por inconsistências técnicas (questionários com erro de gravação, duplicados, ou interrompidos por problema de conexão ou no aplicativo)

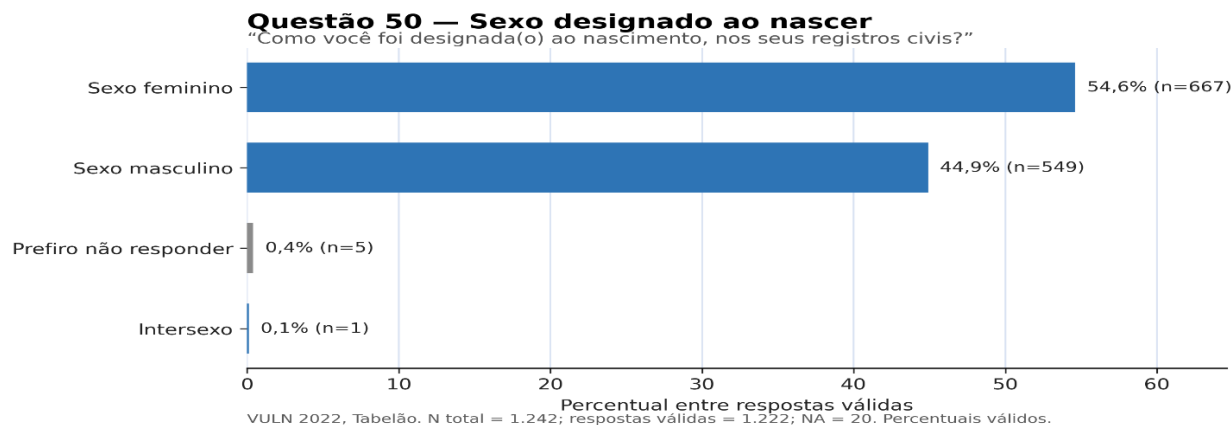
Dimensão e pergunta	Alternativas de resposta
Questão 51 Identidade de gênero Qual das seguintes alternativas descreve a forma como você se identifica hoje?	Mulher Homem Mulher trans, mulher transexual, pessoa transfeminina ou travesti Homem trans, homem transexual ou pessoa transmasculina Pessoa trans não binária, gênero neutro, gênero fluido, pessoa agênero ou com outra variabilidade de gênero Me identifico de outra forma Prefiro não responder <i>Se “Me identifico de outra forma”: especifique.</i>
Questão 52 Atração Você diria que na sua vida se sentiu atraído/a por:	Nunca me senti atraído/a por ninguém Somente por homens Somente por mulheres Igualmente por homens e mulheres Principalmente por mulheres, mas também por homens Principalmente por homens, mas também por mulheres Prefiro não responder Outras respostas <i>Se “Outras respostas”: especifique.</i>
Questão 53 Identidade sexual Qual categoria melhor descreve você?	Heterossexual Homossexual (gay ou lésbica) Bissexual Pansexual Não tenho certeza sobre a minha identidade sexual Não entendo o que essa pergunta quer dizer/significa Descrevo minha identidade sexual de outra forma Prefiro não responder <i>Se “Descrevo minha identidade sexual de outra forma”: especifique.</i>

Fonte: PROJETO TEMÁTICO, 2022a

As alternativas oferecidas combinam categorias de identificação, possibilidades de incerteza, recusa e especificação aberta. Essa explicitação é importante porque as respostas não são recolhidas fora de qualquer enquadramento: o instrumento propõe formas de nomeação socialmente circulantes, inclui possibilidades de recusa e de especificação aberta e torna essas posições comparáveis no interior da pesquisa

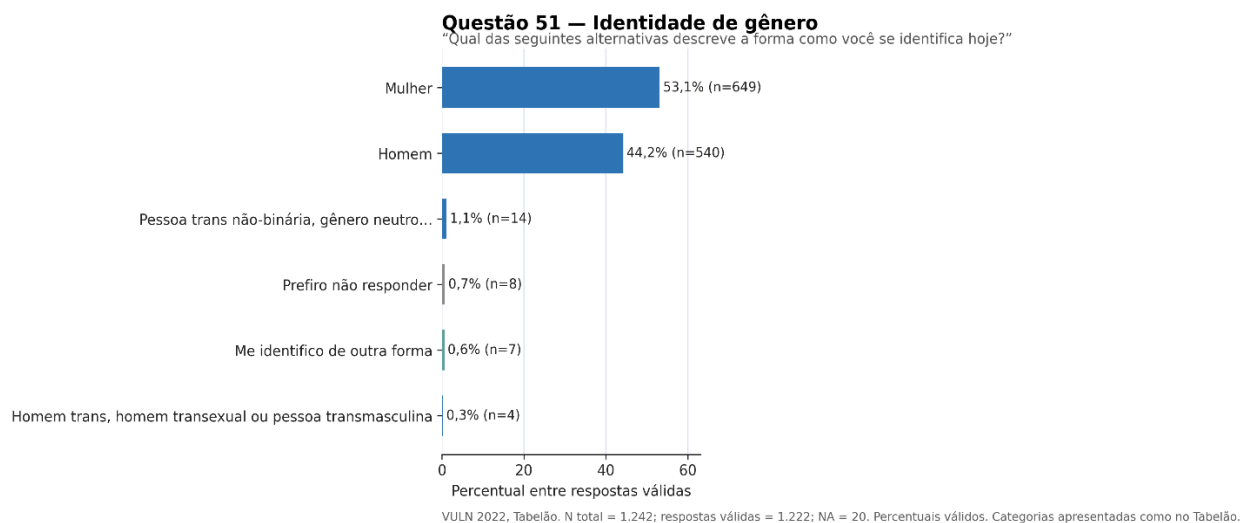
As Figuras 1 e 2 apresentam, respectivamente, os percentuais das respostas obtidas sobre sexo designado ao nascer (Questão 50) e sobre identidade de gênero (Questão 51).

Figura 1 — Sexo designado ao nascer



Fonte: PROJETO TEMÁTICO, 2022b

Figura 2 — Identidade de gênero



Fonte: PROJETO TEMÁTICO, 2022b

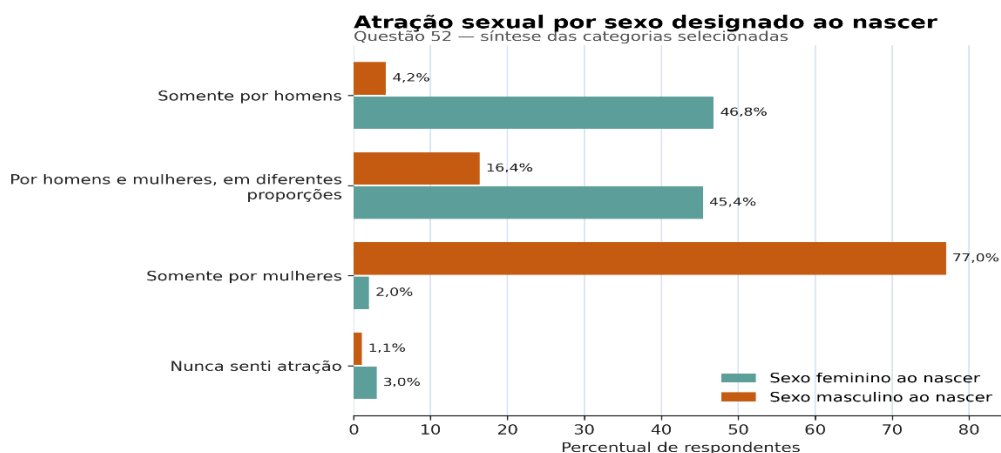
A Questão 51 (Figura 2) permite descrever as formas de identificação de gênero presentes entre os respondentes. Contudo, as tabulações cruzadas disponíveis para atração e identidade sexual foram produzidas segundo sexo designado ao nascer, informado na Questão 50 (Figura 1). Trabalhamos, portanto, com o recorte comparativo permitido por essas tabulações

A escolha desse recorte decorre da forma pela qual os cruzamentos foram disponibilizados, por decisão da coordenação do Projeto Temático, tendo em vista outros conjuntos de cruzamentos que interessavam mais diretamente à pesquisa, e não da suposição de que sexo designado ao nascer e gênero sejam dimensões equivalentes.

2. SEXO, ATRAÇÃO E IDENTIDADE ENTRE AS/OS ESTUDANTES

Examinamos agora as distribuições que o levantamento, como fotografia situada, torna visíveis no universo pesquisado. As Figuras 3 e 4 apresentam os cruzamentos disponíveis das respostas sobre atração (Questão 52) e identidade sexual (Questão 53) segundo sexo designado ao nascer, permitindo visualizar a assimetria que orienta a análise. O total de respostas válidas nestes cruzamentos caiu para 1.212.

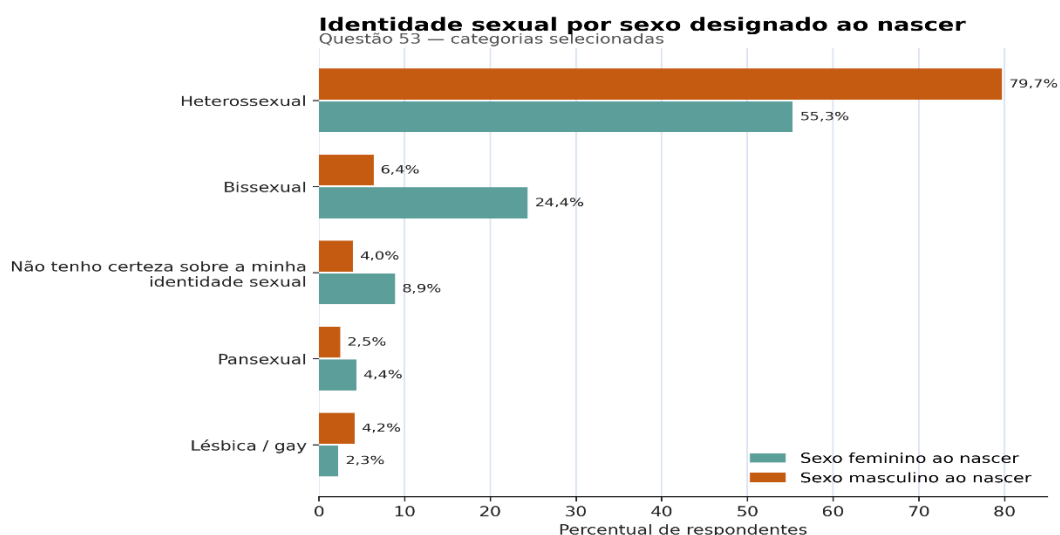
Figura 3 — Atração sexual por sexo designado ao nascer



Fonte: Pesquisa VULN 2022b (2022), questão 52. Universo geral: N = 1.242. Percentuais calculados sobre respostas válidas ao cruzamento (n = 1.212), por sexo designado ao nascer.

Fonte: PROJETO TEMÁTICO, 2022b

Figura 4 — Identidade sexual por sexo designado ao nascer



Fonte: Pesquisa VULN 2022b (2022), questão 53. Universo geral: N = 1.242. Percentuais calculados sobre respostas válidas ao cruzamento (n = 1.212), por sexo designado ao nascer. O gráfico reproduz as cinco categorias selecionadas.

Fonte: PROJETO TEMÁTICO, 2022b

Entre pessoas designadas do sexo feminino ao nascer, 46,8% referiram atração “somente por homens”. Ao mesmo tempo, 24,8% responderam sentir atração “principalmente por homens, mas também por mulheres”; 7,4%, “principalmente por mulheres, mas também por homens”; e 13,2%, “igualmente por homens e por mulheres”. Consideradas em conjunto, essas três últimas alternativas somam 45,4%, proporção quase equivalente à das respostas de atração exclusivamente por homens (PROJETO TEMÁTICO, 2022b).

Entre pessoas designadas do sexo masculino ao nascer, 77% referiram atração “somente por mulheres”. As respostas que indicavam atração por homens e mulheres em diferentes proporções somaram 16,4%; entre elas, a alternativa mais frequente foi “principalmente por mulheres, mas também por homens” (8,7%). Ainda que essas respostas estejam longe de ser irrelevantes, sua distância em relação ao padrão encontrado entre pessoas designadas do sexo feminino ao nascer é marcante (PROJETO TEMÁTICO, 2022b).

O contraste reaparece quando se observam as categorias de identidade sexual. Entre pessoas designadas do sexo feminino ao nascer, 55,3% escolheram a alternativa “heterossexual”, enquanto 24,4% se identificaram como “bissexual”, 4,4% como “pansexual” e 8,9% responderam “não tenho certeza sobre minha identidade sexual”. Juntas, essas últimas alternativas representam 37,7%. Entre pessoas designadas do sexo masculino ao nascer, 79,7% responderam “heterossexual”; 6,4%, “bissexual”; 2,5%, “pansexual”; e 4%, “não tenho certeza sobre minha identidade sexual”. As respostas “homossexual (gay ou lésbica)” corresponderam a 2,3% entre pessoas designadas do sexo feminino e a 4,2% entre as designadas do sexo masculino ao nascer (PROJETO TEMÁTICO, 2022b)².

Dentre vários aspectos que chamam a atenção nestas respostas, pode-se destacar que, em ambos os grupos, a identidade bissexual aparece com mais frequência do que as identidades homossexuais (gay ou lésbica). Em ambos os grupos, também, os percentuais agregados que indicam atração por homens e mulheres nas diferenças proporções são maiores do que os percentuais agregados de identificações como bissexuais, pansexuais ou incertas. Essa diferença reforça a percepção de que atração e identidade constituem registros distintos da experiência. Note-se, ademais, que esse descompasso entre atração e identidade é proporcionalmente maior entre pessoas designadas do sexo feminino (7,7 pontos percentuais) do que entre as pessoas designadas do sexo masculino (3,5 pontos), assim como o percentual de pessoas do grupo feminino que respondeu “não ter certeza” sobre sua identidade sexual é maior (mais que o dobro) do que no grupo masculino.

O que esses números e diferenças podem nos dizer acerca dos recursos sociais de nomeação da sexualidade e de sua distribuição entre as/os jovens do universo pesquisado?

3. ATRAÇÃO, IDENTIDADE E REPERTÓRIOS DE NOMEAÇÃO

A sexualidade não se deixa reduzir a uma resposta identitária. Atrações, práticas, fantasias, vínculos afetivos e modos de apresentação de si podem se articular, mas não coincidem

² As demais alternativas da Questão 53 sobre identidade sexual (“não entendo o que essa pergunta quer dizer”, “descrevo de outra forma” e “prefiro não responder”) somam 4,7% entre pessoas designadas do sexo feminino e 3,8% entre as designadas do sexo masculino ao nascer.

obrigatoriamente. Uma estudante pode experimentar atração por pessoas de mais de um gênero sem escolher a categoria “bissexual”; outra pode adotar essa identificação mesmo sem ter tido relações com pessoas de todos os gêneros; outra ainda pode preferir responder que não tem certeza. As respostas a um questionário não oferecem acesso imediato nem a uma verdade interior nem a uma experiência anterior à linguagem; elas registram maneiras socialmente situadas de dizer algo sobre si. Como sugere Scott, a experiência é sempre historicamente organizada e interpretada; e, como enfatiza Hall, entre outros, as identidades constituem posições de identificação e reconhecimento, não essências estáveis. No caso da sexualidade, as categorias disponíveis participam daquilo que pode ser percebido, comunicado e socialmente reconhecido como experiência de si (FOUCAULT, 1988; HALL, 1996; SCOTT, 1991).

Em sentido próximo à crítica de Bourdieu à “imposição de problemática” nas pesquisas de opinião (BOURDIEU, 1983), toda pergunta de questionário enuncia também uma problemática classificatória: convida os participantes a se situarem diante de formas de nomeação que o próprio instrumento torna explícitas e comparáveis. As alternativas oferecidas não produzem do nada as experiências às quais se referem, mas participam da definição do que pode ser declarado, reconhecido ou deixado em suspenso naquele contexto de resposta. Por isso, os dados devem ser lidos como distribuições de autodescrições produzidas na interação entre repertórios socialmente circulantes e um dispositivo específico de pesquisa.

As categorias, nesse sentido, podem condensar atrações, vínculos, desconfortos e expectativas de reconhecimento, tornando certas experiências comunicáveis e deixando outras em segundo plano. Seu interesse analítico reside menos em verificar sua correspondência exata a uma essência subjetiva do que em compreender quando se tornam pertinentes para quem responde e inteligíveis para os outros. É por isso que proponho tratar os percentuais arrolados nessa pesquisa como formas de descrição substantiva desse universo situado, e não como medida a ser generalizada ou testada estatisticamente.

Essa distinção é particularmente importante porque, no universo investigado, as classificações relativas à sexualidade e ao gênero aparecem diversificadas. A oposição entre heterossexualidade e homossexualidade, decisiva para a organização de identidades e políticas sexuais ao longo do século XX, não desapareceu. Contudo, ela convive com categorias que enfatizam a multiplicidade de atrações, a abertura de percursos e a suspensão de definições conclusivas (SIMÕES; CARRARA, 2014). A bissexualidade, a pansexualidade e a incerteza identitária podem indicar experiências diversas; não constituem um bloco homogêneo. Ainda assim, sua presença importa porque desloca a expectativa de que todo desejo deva encontrar imediatamente uma posição fixa numa classificação binária.

A noção de fluidez sexual foi mobilizada, sobretudo, para discutir a possibilidade de que desejos, práticas, vínculos e trajetórias de identificação se modifiquem ao longo do tempo ou em diferentes circunstâncias. A literatura que a desenvolveu destacou frequentemente experiências femininas, contrapondo-as à maior rigidez atribuída à heterossexualidade masculina (DIAMOND, 2008). O risco dessa formulação é transformar uma observação histórica e social em atributo psicológico ou natural de mulheres e homens (GRAVE; MARQUES; NOGUEIRA, 2023). Neste trabalho, portanto, “fluidez” não designa uma propriedade intrínseca dos respondentes, nem permite converter automaticamente toda atração por mais de um gênero em uma identidade fluida. Em vez de perguntar quem é fluido, parece mais produtivo indagar em que condições determinadas experiências

podem ser reconhecidas como abertas, transitórias, múltiplas ou incertas; e quem pode enunciá-las sem arcar com os mesmos custos sociais.

É nesse sentido que se emprega aqui a ideia de repertórios de nomeação. As categorias disponíveis em uma época não produzem mecanicamente sujeitos, mas oferecem meios de comparar experiências, atribuir-lhes inteligibilidade e compartilhá-las com outras pessoas. Podem ser acolhidas, recusadas, utilizadas provisoriamente ou mantidas em reserva. A categoria “não tenho certeza”, por exemplo, não deve ser lida como falha de informação ou mera etapa anterior a uma identidade mais verdadeira: ela pode designar uma suspensão significativa da exigência de definição, a ausência de condições seguras para responder ou a recusa de reduzir a experiência a uma classificação já conhecida.

Esses repertórios também reabrem o sentido de “bissexualidade”. Sem deixar de designar uma identidade sexual para parte dos respondentes, o termo circula em trajetórias e contextos diversos, com sentidos que não se reduzem a uma única definição estável. Estudos sobre sua história e seus usos sociais mostram que a categoria tem sido objeto de disputas classificatórias, ora aproximada de uma orientação sexual delimitada, ora mobilizada como linguagem de multiplicidade e trânsito (SEFFNER, 2016; SALDANHA, 2023). A pansexualidade tampouco deve ser tratada automaticamente como simples sinônimo ou superação da bissexualidade: as duas categorias podem remeter a experiências de atração por mais de um gênero, mas constituem recursos distintos de autodescrição e reconhecimento (GALUPO; RAMIREZ; PULICE-FARROW, 2017; GREAVES et al., 2019).

No caso aqui analisado, interessa compreender por que categorias que conotam multiplicidade ou incerteza aparecem de modo tão desigual segundo os grupos definidos pela designação de sexo ao nascer. A resposta não está apenas na intimidade dos indivíduos; ela pode envolver regimes de reconhecimento e regulação que tornam algumas declarações mais plausíveis, aceitáveis ou arriscadas que outras (mesmo quando se responde um questionário anônimo).

Cada resposta deve, portanto, ser entendida como um ato de nomeação situado que pode variar conforme os contextos de interação, os interlocutores e os riscos percebidos de exposição ou reconhecimento. O questionário não permite acompanhar essas variações em sua sequência concreta, mas registra quais formas de nomeação se mostravam disponíveis e acionáveis naquele universo de estudantes. Registros qualitativos produzidos no âmbito de atividades do Projeto Temático sugerem, ademais, que esses repertórios são mobilizados em relações concretas de reconhecimento, reserva e negociação. No trabalho de campo com estudantes participantes das atividades de iniciação científica, alguns jovens que se identificavam como bissexuais relatavam maneiras desiguais de conversar sobre sua orientação sexual em família, incluindo situações em que percebiam apoio materno, mas antecipavam a impossibilidade de revelação aos pais (PAIVA et al., 2024). Sem substituir a análise do questionário, tais registros indicam que declarar uma identidade não é apenas descrever uma experiência: é também avaliar interlocutores, riscos e possibilidades de reconhecimento.

4. UMA HIPÓTESE SOBRE ASSIMETRIA DE GÊNERO E DISPONIBILIDADE DESIGUAL DAS CATEGORIAS

A diferença entre as respostas dos grupos definidos pelo sexo designado ao nascer não deve ser explicada pela suposição de que mulheres seriam essencialmente mais abertas ou de que homens que se dizem heterossexuais ocultariam necessariamente desejos por outros homens. O que os dados

permitem afirmar é mais circunscrito e, ao mesmo tempo, sociologicamente relevante: as formas de reconhecer e declarar atrações por mais de um gênero apresentam distribuições muito distintas segundo o sexo designado ao nascer. A diferença observada deve ser lida como possível índice de uma regulação desigual das condições de enunciação, e não como medida transparente de desejos efetivos.

É preciso reconhecer, no entanto, que a interpretação proposta a seguir corre o risco de redescrever a própria assimetria em vocabulário explicativo: dizer que há uma disponibilidade desigual de categorias é, em parte, outra forma de nomear a diferença já apresentada na seção 2. Os dados do questionário, isoladamente, não permitem distinguir essa hipótese de explicações concorrentes, como um viés diferencial de resposta a perguntas sobre sexualidade. O indício adicional, embora não conclusivo, é que o descompasso entre atração relatada e identidade assumida é maior entre pessoas designadas do sexo feminino (7,7 pontos percentuais) que entre as designadas do sexo masculino (3,5 pontos), o que é compatível com a hipótese de uma regulação desigual da nomeação. Tratamos aqui o sexo designado ao nascer como marcador de posições diferenciais nos regimes de gênero que regulam a fala sobre sexualidade, sem supor equivalência com identidade de gênero autodeclarada.

Uma hipótese sociologicamente plausível, ancorada nesses indícios e em registros qualitativos do projeto (mas que permanece a ser testada por pesquisa qualitativa e desenhos capazes de separar disponibilidade de nomeação de disposição para responder a um instrumento de pesquisa), é que a bissexualidade, a pansexualidade e a incerteza se tenham tornado categorias mais socialmente disponíveis em circuitos de feminilidade juvenil, padrão também identificado em levantamentos internacionais recentes com jovens adultos.

A pesquisa Envie (*Enquête sur la vie affective des jeunes adultes*), do Institut National d'Études Démographiques (Ined), realizada em 2023 com mais de 10 mil jovens franceses de 18 a 29 anos, mostra padrão semelhante: o crescimento das identificações não heterossexuais é liderado desproporcionalmente pelas mulheres jovens, com cerca de 19% das mulheres e 8% dos homens dessa faixa etária não se identificando como heterossexuais. Quanto à atração já sentida por ambos os sexos ao longo da vida, o percentual chega a 37% entre as mulheres e 18% entre os homens. Os pesquisadores relacionam esse padrão às transformações contemporâneas nas relações de gênero, incluindo os efeitos do movimento #MeToo sobre a norma heterossexual (LEJBOWICZ; RAULT; TRACHMAN, 2025). No Brasil, Almeida (2025, cap. 2) discute dinâmica correlata, como a campanha “Meu Primeiro Assédio”. Com efeito, em nosso próprio campo de pesquisa, a circulação mais ampla de campanhas feministas de denúncia parece ter contribuído para tornar o assédio uma categoria disponível e reconhecível entre as estudantes: ao traduzirem o “#MeToo” no “EU TAMBÉM” inscrito no banheiro de uma das escolas pesquisadas, elas nomearam experiências antes dispersas como violência compartilhada e passível de denúncia (PEREIRA, 2024).

Isso não significa que essas experiências estejam livres de vigilância, sexualização ou desqualificação. Ao contrário, a maior enunciabilidade de certas identificações pode coexistir com sua banalização, erotização por homens heterossexuais ou deslegitimação como fase passageira. A feminilidade contemporânea pode admitir, em determinados circuitos sociais, uma margem mais ampla para formular atrações múltiplas sem abandonar por completo a inteligibilidade social.

A masculinidade, por sua vez, pode permanecer mais fortemente vinculada à demonstração pública de heterossexualidade. Em diferentes circuitos de sociabilidade, entre pares, na família, na escola e também em espaços digitais, a atração por outros homens pode ameaçar mais diretamente

sua legibilidade social³. Essa pressão não torna impossível a identificação bissexual masculina, como os próprios dados mostram; mas pode elevar o custo de assumi-la e restringir as circunstâncias em que ela é enunciada.

Essa interpretação não dispensa a consideração de raça, classe, religião, território e trajetórias familiares, nem das regulações cisnormativas que organizam o reconhecimento social das identidades de gênero. O recorte do levantamento — escolas públicas em regiões de alta vulnerabilidade social — impede que os resultados sejam naturalizados como expressão de uma juventude abstrata. Nesta análise, a ênfase permanece na assimetria entre pessoas designadas do sexo feminino e do sexo masculino ao nascer, pois ela constitui a regularidade mais evidente e organiza o argumento central. No item de identidade de gênero, as categorias “pessoa trans não binária”, “transmasculina” e “outra forma” correspondem, juntas, a 2,1% das respostas válidas (25 de 1.212) e reúnem posições internamente heterogêneas; uma análise agregada desse grupo produziria inferências frágeis. Suas respostas demandam, portanto, análise específica, que o presente recorte não pretende substituir.

5. REPERTÓRIOS CONTEMPORÂNEOS E HIPÓTESE GERACIONAL

Uma hipótese para compreender a presença e a circulação dessas categorias é situá-las nas transformações recentes do debate público sobre sexualidade e gênero. A ampliação de direitos LGBTI+, a visibilidade de movimentos sociais, novas ondas feministas (HOLLANDA, 2018), a difusão de smartphones e plataformas digitais e a diversificação de redes de sociabilidade podem ter ampliado a circulação de vocabulários, narrativas e referências. A internet importa, nesse quadro, menos como causa isolada das classificações do que como espaço de interação no qual circulam, são disputados e ganham novos usos vocabulários relativos à sexualidade e ao gênero. Suas dinâmicas se articulam a movimentos sociais, linguagens da cultura pública, instituições e circuitos presenciais de sociabilidade, em arranjos que não se deixam reduzir à oposição entre on-line e off-line (BULGARELLI, 2017). Esses processos não criam automaticamente novas identidades nem produzem, por si, respostas individuais ao questionário; tornam, contudo, mais acessíveis recursos para comparar experiências, reconhecer-se em relatos alheios e experimentar formas de nomeação antes menos disponíveis. A politização contemporânea pode, assim, conferir novos usos a termos como “bissexual”, “pansexual” e “não tenho certeza”, sem eliminar as controvérsias sobre seus sentidos.

A dimensão geracional é tratada aqui como hipótese: o levantamento de 2022 registra, em um universo socialmente delimitado, formas de nomeação que podem indicar uma marca geracional das vivências de sexualidade e gênero, não um atributo homogêneo de uma faixa etária nem uma tendência já demonstrada por esta coleta isolada. Geração pode ser pensada, nesse sentido, como diferença nas condições históricas de tornar o vivido inteligível: pessoas situadas em momentos distintos do curso de vida e da história encontram vocabulários, imagens e regimes de visibilidade diversos para reconhecer, lembrar e comunicar atrações, vínculos e posições de gênero e sexualidade. Sustentar uma inferência temporal mais forte exigiria articular esses dados a séries comparáveis e a pesquisas qualitativas sobre a circulação e a apropriação dessas categorias.

³ Em circuitos digitais voltados a homens jovens, comunidades ligadas à chamada “manosfera” e ao movimento red pill circulam vocabulários que reafirmam hierarquias de masculinidade tradicional e a exigência de desempenho heterossexual (ROSA; BARROS, 2025), com efeitos que já foram associados a episódios de violência no ambiente escolar brasileiro (AMATO, 2024).

Essa hipótese não descreve, tampouco, uma marcha linear de liberação. A circulação mais ampla de linguagens sobre diversidade sexual e de gênero coexistiu, no período recente, com ofensivas contra a educação sexual, ataques à chamada “ideologia de gênero”, novas modalidades de vigilância em redes digitais e persistentes experiências de discriminação, em um contexto agonístico no qual demandas por autonomia pessoal, descoberta e gestão de si convivem com confrontos, polarizações e disputas por reconhecimento entre pares. É nessa combinação de recursos ampliados e normas persistentes que a diferença observada entre pessoas designadas do sexo feminino e do sexo masculino ao nascer deve ser situada: um índice de possibilidades desiguais de enunciar multiplicidade, dúvida ou trânsito, não uma propriedade homogênea de uma geração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o contexto esboçado na introdução, a circulação ampliada de vocabulários sobre sexualidade e gênero articula-se à visibilidade dos movimentos LGBTQ+, às transformações da cultura pública, às plataformas digitais e aos circuitos presenciais de sociabilidade. Esses processos não produzem automaticamente novas identidades nem explicam, por si sós, as respostas individuais ao questionário. Podem, contudo, ampliar os recursos disponíveis para comparar experiências, reconhecer-se em relatos alheios e experimentar formas de nomeação antes menos acessíveis. A internet importa, nesse quadro, menos como causa isolada das classificações do que como meio de circulação, discussão e disputa, articulado a esses outros processos.

Essa configuração não equivale a uma superação das normas de gênero. A diferença entre pessoas designadas do sexo feminino e do sexo masculino ao nascer é compatível com a hipótese de que certas categorias sejam mais facilmente mobilizadas em circuitos de feminilidade juvenil, enquanto a heterossexualidade permaneça uma exigência particularmente intensa para a produção pública da masculinidade. Não se trata de decidir se uma geração é, em bloco, mais fluida, nem de supor que categorias como “bissexual”, “pansexual” ou “não tenho certeza” revelem por si identidades estáveis ou experiências equivalentes, mas de compreender quem encontra condições para nomear multiplicidade, dúvida ou trânsito, e quem enfrenta maiores riscos ao fazê-lo. Comparações com levantamentos internacionais recentes e com pesquisas qualitativas sobre a apropriação desses repertórios no Brasil poderiam consolidar ou revisar essa leitura geracional, hoje ainda hipotética.

Para pesquisas e políticas voltadas à juventude, isso tem uma consequência importante. Reconhecer a diversidade sexual não pode significar exigir que todos os jovens disponham de uma identidade estabilizada ou que respondam de forma definitiva às categorias disponíveis. É preciso levar a sério a coexistência entre atração, identificação, incerteza e reserva, bem como as desigualdades que organizam suas possibilidades de enunciação.

Essa questão tem implicações para as instituições escolares, ainda que estas não constituam o objeto direto desta análise. Políticas de reconhecimento não se resumem à enumeração de identidades ou à adoção formal de protocolos. Precisam criar condições de escuta e proteção que não convertam a visibilidade em exigência de exposição. Isso envolve acolher dúvidas e definições provisórias, prevenir insultos e discriminações e oferecer canais de apoio que não dependam exclusivamente da disposição de cada jovem para declarar-se. Nessa perspectiva, cuidado institucional é a sustentação de condições em que estudantes possam (ou não) nomear experiências sem que a reserva e a incerteza se convertam em desamparo.

AGRADECIMENTOS: O autor agradece à equipe do Projeto Temático FAPESP *Vulnerabilidades de jovens às IST/HIV e à violência entre parceiros: avaliação de intervenções psicossociais baseadas nos direitos humanos*, cujo trabalho coletivo tornou possível a produção dos dados aqui analisados. Agradece também às/aos integrantes do Grupo de Pesquisa sobre Saúde dos Jovens e Direitos Humanos e do Núcleo de Estudos dos Marcadores Sociais da Diferença (NUMAS), pelos debates que contribuíram para a elaboração deste artigo; a Regina Facchini, pelo diálogo na preparação de uma versão inicial; e a Diego Madi Dias, pelas interlocuções que ajudaram a desenvolver algumas das questões aqui discutidas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. *Entre segredos, posts e notícias: a construção pública de categorias de violência sexual*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2025.

AMATO, Bruna. De Matrix a Suzano: manosphere, teoria red pill e o massacre da escola Raul Brasil. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 7, n. 22, e15797, 2024. DOI: 10.29327/2410051.7.22-33.

BOURDIEU, P. A opinião pública não existe. In: BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 173-182.

BULGARELLI, Lucas. *[ALERTA TEXTÃO]: estratégias de engajamento do movimento LGBT de São Paulo em espaços de interação on-line e off-line (2015-2016)*. 2017. 199f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. DOI: 10.11606/D.8.2018.tde-21082018-133346.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete da. *Juventudes e sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

DIAMOND, Lisa M. *Sexual fluidity: understanding women's love and desire*. Cambridge: Harvard University Press, 2008.

FACCHINI, Regina. De homossexuais a LGBTQIAP+: sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora (org.). *Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 31-69.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GALUPO, M. Paz; RAMIREZ, Jessica L.; PULICE-FARROW, Lex. “Regardless of their gender”: descriptions of sexual identity among bisexual, pansexual, and queer identified individuals. *Journal of Bisexuality*, v. 17, n. 1, p. 108-124, 2017. DOI: 10.1080/15299716.2016.1228491.

GRAVE, Rita; MARQUES, António Manuel; NOGUEIRA, Conceição. Fluidez sexual: contextualização histórica e contributos teóricos. *Psicologia em Estudo*, v. 28, e53789, 2023. DOI: 10.4025/psicolestud.v28i0.53789.

GREAVES, Lara M.; SIBLEY, Chris G.; FRASER, Gloria; BARLOW, Fiona K. Comparing pansexual- and bisexual-identified participants on demographics, psychological well-being, and political ideology in a New Zealand national sample. *The Journal of Sex Research*, v. 56, n. 9, p. 1083-1090, 2019. DOI: 10.1080/00224499.2019.1568376.

HALL, Stuart. Who needs “identity”? In: HALL, Stuart; DU GAY, Paul (org.). *Questions of cultural identity*. Londres: Sage, 1996. p. 1-17.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia da Letras, 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013.

LEJBOWICZ, Tania; RAULT, Wilfried; TRACHMAN, Mathieu; ÉQUIPE ENVIE. Homo, bi et non-binaires: quand les jeunes questionnent l'hétérosexualité. *Population & Sociétés*, Paris, n. 632, p. 1-4, abr. 2025.

PAIVA, Vera S. F. et al. *Vulnerabilidades de jovens às IST/HIV e à violência entre parceiros: avaliação de intervenções psicossociais baseadas nos direitos humanos*. 5º Relatório Científico de Progresso. São Paulo: FAPESP, abr. 2024. Processo 2017/25950-2.

PAIVA, Vera S. F. et al. Da “prevenção combinada” à “prevenção integral”: construindo a resposta à síndrome com adolescentes e jovens em São Paulo, Brasil (2020-2023). *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, e00084323, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT084323>.

PEREIRA, Sasha Cruz Alves. O que dizem a “régua de pika” e a “porta do assédio”: gênero e sexualidade em grafitos de banheiros escolares. *Revista Campo Minado*, Niterói, v. 4, n. 5, p. 48–63, 1º sem. 2024. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/campominado/article/view/62675/36576>. Acesso em: 1 set. 2026.

PEREIRA, Sasha Cruz Alves; SIMÕES, Júlio Assis. “Você entra na Etec e vira gay, drogado ou rebelde”: território, gênero e sexualidade na experiência de estudantes de ensino médio. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 33, n. 2, e227228, 2024. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v33i2pe227228.

PROJETO TEMÁTICO FAPESP VULNERABILIDADES DE JOVENS ÀS IST/HIV E À VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS: AVALIAÇÃO DE INTERVENÇÕES PSICOSSOCIAIS BASEADAS NOS DIREITOS HUMANOS. *Questionário da 1ª onda*. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022a. Documento de uso interno, não publicado.

PROJETO TEMÁTICO FAPESP VULNERABILIDADES DE JOVENS ÀS IST/HIV E À VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS: AVALIAÇÃO DE INTERVENÇÕES PSICOSSOCIAIS BASEADAS NOS DIREITOS HUMANOS. *Relatório de análise de dados: descrição geral do questionário da 1ª onda*. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022b. Documento de uso interno, não publicado.

ROSA, Pablo Ornelas; BARROS, Nina. Juventude conservadora redpill: cartografia da machosfera brasileira nas plataformas digitais. *Revista Agenda Política*, v. 13, n. 2, p. 97-117, mai./ago. 2025. DOI: 10.14244/agenda.2025.2.4.

SALDANHA, Inácio. *Categorias em trânsito: classificações da sexualidade e a emergência da "bissexualidade" em Belém nos anos 1980 e 1990*. 2023. 222f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.

SCOTT, Joan W. The evidence of experience. *Critical Inquiry*, v. 17, n. 4, p. 773-797, 1991.

SEFFNER, Fernando. *Derivas da masculinidade: representação, identidade e diferença no âmbito da bissexualidade masculina*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SEFFNER, Fernando. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 561-572, 2011.

SILVA, Cristiane Gonçalves da et al. Dimensões do assédio na escola: diálogos sobre gênero com jovens estudantes de ensino médio de São Paulo/Brasil. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, v. 27, e210649, 2023. DOI: 10.1590/interface.210649.

SIMÕES, Júlio Assis; CARRARA, Sergio. O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens. *Cadernos Pagu*, n. 42, p. 75-98, 2014.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: O conjunto de dados que apoia os resultados deste estudo não está disponível publicamente, por conter informações sensíveis de adolescentes e estar protegido pelos compromissos de confidencialidade e pelas condições éticas aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (CEP-IPUSP).

FINANCIAMENTO: Este trabalho foi realizado no âmbito do Projeto Temático FAPESP Vulnerabilidades de jovens às IST/HIV e à violência entre parceiros: avaliação de intervenções psicossociais baseadas nos direitos humanos (processo nº 2017/25950-2). O autor recebeu apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de bolsa de Produtividade em Pesquisa (processo nº 314551/2021-2).

CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR: Júlio Assis Simões contribuiu para a conceituação do estudo, metodologia, curadoria dos dados, análise formal, interpretação dos resultados, redação da versão original, revisão e edição do manuscrito.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: O autor declara não haver conflitos de interesse a mencionar.

DECLARAÇÃO SOBRE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA: Foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial generativa como apoio à revisão linguística e à organização preliminar do manuscrito. Essas ferramentas não foram utilizadas para produzir, tratar ou analisar os dados da pesquisa. A definição do argumento, a análise e interpretação dos dados, a seleção das referências e a revisão final do texto são de responsabilidade exclusiva do autor.

MINIBIOGRAFIAS DO AUTOR DO PAPER: Júlio Assis Simões é docente do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Desenvolve estudos sobre sexualidade, gênero, geração, saúde e direitos humanos.